



NOTAS SOBRE A MENSURAÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: O QUE MUDA QUANDO MICRODADOS DE GASTO SÃO USADOS NO LUGAR DE RENDA?

AUTOR(a)

José Ricardo Nogueira e Rozane Bezerra Siqueira são do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco e realizam pesquisa na área de microssimulação em políticas públicas. Carlos Feitosa Luna é da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

RESUMO

A literatura recente sobre mensuração de pobreza e desigualdade tem documentado e chamado atenção para diferenças encontradas, para diversos países, na estimação de indicadores de bem-estar, quando são confrontados resultados baseados na utilização de renda corrente com aqueles utilizando gasto como base. Isso sugere ser importante investigar que conceito, renda ou gasto, é mais adequado para a análise distributiva de políticas econômicas. O presente trabalho tem por objetivo reportar, para o Brasil, evidências da existência de discrepâncias entre dados de renda e de gasto para domicílios brasileiros e a implicação disso para o cálculo de indicadores de pobreza e desigualdade.

Palavras-chave: Pobreza, Desigualdade, Renda.

JEL: I32, D63

1. Introdução

Tradicionalmente, quando se discute questões de pobreza e desigualdade, utiliza-se renda como indicador de bem-estar e como base para o cálculo de indicadores de impacto (por exemplo, proporção de pobres e o coeficiente de Gini). Conquanto renda seja claramente um fator importante na análise das circunstâncias que restringem a escolha dos agentes econômicos, há razões teóricas e empíricas que sugerem que renda talvez não seja o indicador mais adequado para representar bem-estar e mensurar dimensões de pobreza e desigualdade. A literatura recente sobre mensuração do bem-estar material evidencia que os resultados são sensíveis ao indicador de bem-estar utilizado, se renda ou gasto, e que este último deveria ser considerado como uma melhor medida do padrão de vida da população (Brzozowski e Crossley, 2011).

Pesquisas populacionais geralmente mostram que as famílias com rendas baixas tipicamente alocam uma parcela maior de suas rendas para consumo relativamente às famílias com rendas mais altas, que tendem a poupar relativamente mais. Entretanto, quando períodos múltiplos ou de ciclo de



vida são considerados, as diferenças nos padrões de poupança das famílias afetam apenas o fluxo temporal da tributação e do consumo, ou seja, a renda poupada será eventualmente gasta com consumo em uma data futura (Creedy 1998). De acordo com a teoria do ciclo de vida, a despesa é mais estável devido à tendência dos agentes econômicos de “suavizar” o fluxo de consumo ao longo do tempo, mesmo ocorrendo variações na renda. Assim, gasto com consumo constituiria uma proxy mais apropriada para a renda permanente da família, representando um melhor indicador de bem-estar do que a renda corrente (Poterba, 1989; Feenberg, 1998)¹.

Mais recentemente, além de razões teóricas, fatores de natureza empírica têm sido usados para reforçar o argumento a favor da utilização do gasto, e não da renda corrente, como indicador de bem-estar.

A crescente disponibilidade de bancos de microdados tem permitido comparar mais detalhadamente os conceitos de renda e gasto da população. A evidência sugere que dados de gasto são de qualidade superior aos dados de renda, particularmente na parte de baixo da distribuição, ou seja, em relação à população de renda mais baixa, onde se verifica uma sistemática tendência do gasto ser substancialmente maior do que a renda corrente (Meyer e Sullivan, 2003, 2008, 2011)².

O problema maior parece estar relacionado com a dificuldade de se calcular a “verdadeira” renda das pessoas³. Goodman e Webb (1995) sugerem que, mesmo se a renda fosse considerada o melhor indicador de padrão de vida, despesa com consumo poderia ser usada como uma estimativa mais confiável da verdadeira renda recebida pela família do que a renda declarada nas pesquisas.

Os resultados dessa literatura recente indicam que pobreza e desigualdade entre a

¹Brzozowski e Crossley (2011) resumem essa visão da seguinte forma: “Economists typically think that it is the consumption of goods and services (including service flows from durables) that generates utility, and that income is desired primarily because it affords consumption. Moreover, if households are forward looking, and have declining marginal utility, they will try to smooth consumption, by borrowing or dis-saving. This means that consumption gives an indication of households’ assessment of their overall financial position and prospects, while income may reflect fluctuations that have little impact on living standards”.

² Há um número considerável de trabalhos, aplicados para diversos países, que seguem esta tendência de utilizar gasto de consumo como indicador de bem-estar na análise de pobreza e desigualdade. Podemos destacar: Cutler e Katz (1991), Slesnick (1993, 2001), Blundell e Preston (1998), Pendakur (1998, 2001), Barrett, Crossley e Worswick (2000), Zaidi e de Vos (2001), Meyer e Sullivan (2003, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011), Johnson, Smeeding e Torrey (2005), Brewer, Goodman e Leicester (2006), Crossley e Curtis (2006), Krueger e Perri (2006), Crossley e Pendakur (2006), Milligan (2008), Binelli e Attanasio (2010), Blundell e Etheridge (2010), Brzozowski et alii (2010), Domeij e Floden (2010), Fuchs-Schundeln, Krueger e Sommer (2010), Gorodnichenko, Peter e Stolyarov (2010), Heathcote, Perri e Violante (2010), Jappelli e Pistaferri (2010), Pijoan-Mas e Sanchez-Marcos(2010).

³Segundo Hentschel e Lanjouw (1996), “calculating consumption expenditures is often easier than calculating household incomes, particularly for the poor. While households are probably purchasing and consuming only a relatively narrow range of goods and services, their total income may derive from a myriad of different activities with strong seasonal variation and with associated costs that are not always easily assigned”. Esta visão é também compartilhada por Deaton (1997), que observa que “the difficulties of measuring consumption ... apply with greater force to the measurement of income, and a host of additional issues arise”.



população são menores quando se usa dados de gasto de consumo, relativamente a quando se usa dados de renda corrente, refletindo que renda é mais dispersa entre a população do que o gasto de consumo (Brzozowski e Crossley, 2011).

Outro fator que faz com que a renda corrente reportada em pesquisas amostrais da população não seja um indicador apropriado de bem-estar está relacionado ao tratamento de rendas oriundas de transferências governamentais. Várias transferências de renda para os mais pobres não são captadas nas pesquisas amostrais ou são subreportadas. Por outro lado, subdeclaração parece ser um problema menor em relação aos gastos de consumo (Meyer and Sullivan, 2011)⁴.

Apesar da já volumosa literatura internacional que chama a atenção para a necessidade de se reavaliar a evidência empírica sobre a mensuração de pobreza e desigualdade à luz dos avanços na disponibilidade de microdados sobre orçamentos e gastos da população, não há, do nosso conhecimento, estudos similares para o Brasil. Não obstante o grande número de trabalhos sobre pobreza e desigualdade aplicados para o Brasil, o procedimento comum ainda é utilizar renda como indicador de bem-estar⁵. Pode-se citar nessa linha metodológica, entre outros, os trabalhos de Paes de Barros, Carvalho e Franco (2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Paes de Barros, Cury e Ulyseia (2007), Silveira et alii (2007) e Soares (2009).

Alguns desses trabalhos têm utilizado dados de consumo, mas o fazem apenas para determinar linhas de pobreza baseadas em consumo, seja através da valoração de cestas básicas regionalizadas, seja pelo uso de referências de consumo de calorias. A utilização de gasto com consumo para definir bem-estar e mensurar pobreza e desigualdade, entretanto, não é adotada, com a renda corrente ainda sendo o indicador de bem-estar empregado nas análises.

Dado que pesquisas recentes sobre pobreza e desigualdade (como as mencionadas acima) mostram que parece haver divergências entre as análises baseadas em renda corrente e aquelas baseadas em gasto de consumo, a realização de estudos para o Brasil que confrontem esses dois tipos de análises parece ser relevante. Como afirmam Meyer e Sullivan (2011), tais divergências “emphasize the importance of understanding the relative merits of income and consumption as measures of well-being.” A obtenção de evidências empíricas no contexto de diferentes países certamente contribui para melhorar nossa compreensão das consequências de adotar uma ou outra

⁴ Deve-se ressaltar, no entanto, que, apesar das vantagens acima mencionadas, a utilização da despesa com consumo como indicador de padrão de vida não está isenta de dificuldades. Para uma discussão dessas dificuldades, ver Blundell e Preston (1994, 1995). Todavia, como a literatura mencionada acima ressalta, parece haver razões para se considerar gasto com consumo como uma medida superior de bem-estar, ou, pelo menos, para considerá-lo como uma alternativa a ser utilizada em análises distributivas e de pobreza e desigualdade.

⁵ Exceções a essa regra são Siqueira e Hamasaki (2000), que comparam índices de desigualdade baseados em gasto com consumo e renda para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, a partir da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996/7; Siqueira, Nogueira e Souza (2000), que utilizam gasto com consumo da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF como a base para avaliar a equidade dos impostos sobre consumo no Brasil; e Hoffmann (2010), que analisa a distribuição da renda total e do gasto total entre as famílias com dados da POF.



abordagem.

O objetivo do presente trabalho é contribuir para a avaliação das diferenças relativas entre renda e gasto como medida de bem-estar, pobreza e desigualdade no caso do Brasil, seguindo o que é usualmente realizado em estudos semelhantes para outros países. Para tanto, o artigo é estruturado da seguinte forma, além desta introdução.

Na seção 2, descrevemos a base de dados utilizada, a unidade de análise adotada e o conceito de renda e de gasto usados. Na seção 3, investigamos algumas diferenças entre renda e gasto domiciliares, tanto para o total de domicílios quanto para alguns grupos específicos (tais como domicílios chefiados por mães solteiras e por idosos). Na seção 4, comparamos o resultado da estimação de indicadores de pobreza e desigualdade quando renda é usada como base dos cálculos e quando o gasto é tomado por base. A seção 5 apresenta comentários finais.

2. Dados e Observações Metodológicas

Dados

Os microdados utilizados são derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, na sua versão de 2008-09, que, durante a realização deste trabalho, era a pesquisa orçamentária mais recente disponível para o Brasil. A POF é a única pesquisa nacionalmente representativa, de disponibilidade pública, que contém informação sobre gasto da população. A outra pesquisa nacional de referência, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que é usualmente utilizada para gerar medidas de pobreza e desigualdade, não apresenta dados de gasto.

A POF 2008-09 foi realizada entre maio de 2008 e maio de 2009, tendo como período de referência para a apresentação dos resultados o mês de janeiro de 2009.⁶ O domicílio é a unidade amostral da pesquisa. A unidade de consumo, definida como um único morador ou conjunto de moradores que compartilham uma mesma fonte de alimentação, é a unidade base para a coleta e análise dos dados orçamentários. As outras unidades contidas na pesquisa são a família e a pessoa.

O tamanho da amostra da POF é de 55.970 domicílios, 56.091 unidades de consumo, 59.337 famílias e 190.159 pessoas (ou, 57.691.781 domicílios, 57.816.604 unidades de consumo, 61.005.495 famílias e 190.519.297 pessoas para a amostra expandida)⁷.

Unidade de análise

A unidade de análise aqui adotada é o domicílio. Isso se deve essencialmente ao fato de que a alocação individual de vários tipos de gastos (como, por exemplo, com energia elétrica e água) é difícil de ser realizada devido ao caráter coletivo do consumo, mesmo em relação às famílias. A

⁶ Para detalhes técnicos e metodológicos sobre a POF 2008-09, ver IBGE (2010).

⁷ O peso utilizado na expansão da amostra é o peso do domicílio, que é aplicado igualmente às outras unidades de análise.



determinação do gasto é mais facilmente realizada para os domicílios.⁸ Também conta o fato de que o peso amostral utilizado na expansão dos valores para a população como um todo é o do domicílio. Além disso, o número de domicílios compostos por uma única unidade de consumo responde por 99,6% do total de domicílios, o que para efeitos práticos, torna praticamente irrelevante a diferença entre essas duas unidades para a maior parte dos interesses da análise aqui desenvolvida.

O uso de uma amostra nacionalmente representativa de microdados da população possibilita explorar características econômico-demográficas específicas das microunidades, permitindo que se leve em conta a heterogeneidade de circunstâncias existente na população. Neste trabalho, exploramos possíveis diferenças associadas ao perfil da pessoa de referência (mãe solteira, idoso) e ao recebimento de transferências monetárias governamentais (especificamente, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - BPC).

Renda

O conceito de renda utilizado é a renda disponível, monetária e não monetária, definida como a renda inicial das famílias (fundamentalmente, renda do trabalho) acrescida de benefícios sociais recebidos (aposentadorias, pensões, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Salário Família, Seguro Desemprego etc.) menos as deduções aplicadas diretamente à renda, ou, equivalentemente, como a renda bruta (renda inicial mais benefícios sociais) menos os tributos diretos. Esse conceito de renda é o que, em princípio, mais se aproxima da ideia de gasto de consumo. É a renda que, após o pagamento de tributos diretos, está disponível para o gasto com bens e serviços. Observe que a renda bruta equivale ao conceito de "rendimento total" utilizado na POF.⁹

Deduções da renda

As deduções que as pessoas/domicílios têm em sua renda devem-se essencialmente ao pagamento de tributos diretos (imposto de renda da pessoa física e as contribuições previdenciárias). Na POF 2008-09 há duas fontes de informação sobre o pagamento desses tributos, o banco de rendimentos do trabalho e o banco de outros rendimentos. No primeiro banco estão identificadas, separadamente, as deduções referentes ao imposto de renda e às contribuições. No segundo banco, entretanto, só é apresentado deduções em geral, não havendo como separar o imposto de renda e as contribuições de outras deduções. Neste trabalho, utilizamos apenas as deduções dos tributos diretos

⁸ A prática internacional é de utilizar o domicílio como a unidade mais apropriada em análises distributivas. Por exemplo, de acordo com o guia de referência Canberra Group Handbook on Household Statistics (UNECE, 2012), "When considering economic well-being, the household is the basic unit for income analysis because this is the level of aggregation of individual incomes at which an assumption of income sharing is most valid."

⁹ A prática internacional é utilizar esse conceito de renda como o mais apropriado para análises distributivas. O Canberra Group Handbook on Household Statistics (UNECE, 2012) sugere que "Disposable income is usually the preferred measure for income distribution analyses as it is the income available to the household to support its consumption expenditure and saving during the reference period."



contidas no primeiro banco.¹⁰

Gasto

Por sua vez, o conceito de gasto aqui utilizado refere-se ao gasto domiciliar com consumo, monetário e não monetário, o qual responde por cerca de 90% do gasto total na POF 2008-09. O gasto com consumo representa o valor de bens e serviços adquiridos pelo domicílio através de pagamentos monetários diretos, produção própria, escambo ou rendimento em espécie.

3. Distribuição da Renda e do Gasto nos Domicílios Brasileiros

Nesta seção exploramos o perfil de renda e gasto dos domicílios. Para efeito de apresentação, os resultados são mostrados agrupando-se os domicílios em décimos de renda disponível domiciliar per capita (D_i , $i = 1, \dots, 10$). Também são apresentados os resultados para o grupo de domicílios que corresponde aos 50% de renda mais baixa e para o grupo correspondente aos 1% de renda mais alta ($C \leq 50$ e $C100$, respectivamente).

A Tabela 1 mostra o tamanho (número de moradores) médio dos domicílios e a participação de cada grupo de renda na renda disponível total e no gasto total com consumo.

¹⁰ O banco de dados de rendimentos do trabalho contém 80,5% do total de deduções diretas da renda na POF 2008-09, sendo que o imposto de renda pessoa física e as contribuições previdenciárias constituem 86,3% das deduções diretas.



Tabela 1 - Tamanho médio dos domicílios e participação na renda total disponível e no gasto total com consumo

Grupo	Nº médio de pessoas	Renda disponível (%)	Gasto com consumo (%)
D1	4,4	1,4	3,6
D2	4,2	2,9	4,6
D3	3,8	3,9	5,3
D4	3,6	5,1	6,3
D5	3,0	5,8	6,9
D6	3,0	6,6	7,5
D7	3,0	9,1	9,6
D8	2,8	11,2	11,4
D9	2,7	16,5	15,9
D10	2,4	37,6	28,8
C≤50	3,8	19,1	26,7
C100	1,8	8,4	4,6
Todos	3,3	100,0	100,0

Fonte: Tabulação dos autores a partir dos microdados da POF 2008-09.

OBS: A linha "Todos" nas colunas de renda e gasto refere-se ao somatório de D1 a D10.

Observe que os 10% dos domicílios de renda mais alta têm uma participação na renda total disponível aproximadamente 27 vezes maior do que a dos 10% dos domicílios de renda mais baixa. Em relação à participação no total do gasto com consumo, os 10% dos domicílios de renda mais alta gastam em média oito vezes mais do que os 10% dos domicílios de renda mais baixa. Isso evidencia que a diferença entre domicílios é muito mais acentuada em relação à renda do que ao gasto.

A Tabela 2 mostra os valores médios per capita da renda disponível e do gasto com consumo para os grupos de domicílios brasileiros.

Tabela 2 - Renda disponível e gasto com consumo (valores médios mensais per capita)

Grupo	Renda domiciliar disponível (R\$/mês)	Gasto domiciliar com consumo (R\$/mês)	B/A
	A	B	
D1	60	240	3,9
D2	140	270	1,9
D3	210	344	1,6
D4	286	418	1,5
D5	381	525	1,4
D6	464	617	1,3
D7	602	735	1,2
D8	817	973	1,2
D9	1.212	1.359	1,1
D10	3.440	2.947	0,9
C≤50	217	360	1,7
C100	10.275	6.298	0,6
Todos	760	842	1,1

Fonte: Tabulação dos autores a partir dos microdados da POF 2008-09.

Apenas os 10% de renda mais alta apresentam o valor médio do consumo inferior ao valor médio da renda disponível, correspondendo a 90% deste último. Os 10% mais pobres dos domicílios gastam, em média, quase quatro vezes mais do que a renda disponível. Os 50% mais pobres dos domicílios despendem 70% mais do que a renda, enquanto que o 1% mais rico dos domicílios gasta 60% da sua renda disponível em consumo. Aqui, refletindo o fato de que o tamanho médio dos domicílios é bem diferente entre os grupos de domicílios, a disparidade de renda e gasto entre o 10% de renda mais alta e os 10% de renda mais baixa é ainda maior do que aquela apresentada na tabela 1. Os primeiros têm em média uma renda 57 vezes maior, e um gasto 12 vezes maior, do que os últimos. E, novamente, a diferença em termos de renda é marcadamente maior do que em termos de gasto.

As diferenças de renda e de gasto entre os domicílios no Brasil podem ser mais concisas e formalmente mensuradas, em termos de desigualdade de renda e gasto, calculando-se, por exemplo, o coeficiente de Gini da distribuição da renda disponível per capita e do gasto com consumo per capita. Este indicador é calculado ordenando-se as pessoas pertencentes aos domicílios de acordo com suas rendas/gastos per capitas. A Tabela 3 apresenta os resultados do cálculo do Gini.

Tabela 3 – Gini da renda disponível e do gasto com consumo

Base de Cálculo	Gini
Renda disponível domiciliar per capita	0,555
Gasto com consumo domiciliar per capita	0,520

Fonte: Cálculo dos autores a partir dos microdados da POF 2008-09.

O Gini do gasto é 3,5 pontos percentuais menor do que o Gini da renda, indicando que a renda é mais dispersa do que o gasto entre os domicílios. Isso pode ser verificado observando-se algumas estatísticas descritivas da distribuição da renda e do gasto apresentadas na Tabela 4. Esses descritivos mostram que os valores de gasto são superiores e menos dispersos do que os valores de renda¹¹.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas da renda disponível e do gasto com consumo (valores médios mensais per capita)

Descritivos		Renda disponível per capita (R\$)	Gasto com consumo per capita (R\$)
Média		2.021	2.257
Intervalo de confiança de 95% da média	Limite inferior	2.020,65	2.256,78
	Limite superior	2.022	2.258
5% da média cortada		1.603,86	1.882,64
Mediana		1.172,35	1.440,63
Variância		8.599.086,28	7.111.340,24
Desvio padrão		2.932,42	2.666,71
Mínimo		0,00	21,23
Máximo		86.839,10	52.813,64
Amplitude		86.839,10	52.792,41
Intervalo interquartil		1.632,92	1.843,70
Assimetria		6,99	4,42
Curtose		101,46	34,23

Fonte: Cálculo dos autores a partir dos microdados da POF 2008-09.

4. Renda, Gasto e Pobreza

Nesta seção, apresentamos uma breve análise de pobreza no Brasil comparando os resultados quando se usa a renda ou o gasto como base de cálculo. Os indicadores considerados são o número de pobres na população, a proporção de pobres (número de pobres como proporção da população total), o hiato agregado de renda (somatório para todas as pessoas da diferença entre a linha de pobreza e a renda/gasto per capita) e a razão do hiato de renda (obtida dividindo-se o hiato

¹¹ Isso permite testar para o Brasil a seguinte observação de Meyer e Sullivan (2011): “the variance of income is much larger than that of consumption and income is less predictable, which negatively affects the precision of income-based statistics. The lower variability of consumption means that fewer consumption observations than income observations are needed to obtain a given level of precision or significance in some common types of analyses”.



agregado pelo número de pobres e, então, dividindo-se este resultado pela linha de pobreza).

A linha de pobreza adotada é o limite de renda per capita utilizado pelo governo federal na concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família em 2009. Assim, a linha de pobreza é estabelecida em R\$154,00 mensais (e a linha de extrema pobreza em R\$77,00 mensais).

Primeiramente, investigamos mais detalhadamente a diferença entre renda e gasto entre os domicílios, verificando os seus valores médios para diferentes tipos de domicílios. A Tabela 5 apresenta os valores médios per capita de renda disponível e gasto com consumo para o total de domicílios, para os domicílios pobres (aqueles com renda disponível per capita menor do que R\$154,00), para os domicílios extremamente pobres (aqueles com renda disponível per capita menor do que R\$77,00) e para os domicílios chefiados por mãe solteira¹².

Na Tabela 5, os domicílios são classificados como pobre/extremamente pobre utilizando a renda disponível domiciliar per capita como base. Se o gasto com consumo domiciliar per capita for usado como base, o que mudaria em termos do quantitativo de domicílios pobres/extremamente pobres? A Tabela 6 apresenta, em relação à renda e ao gasto, o número de pobres, a proporção de pobres, o hiato agregado de pobreza, o hiato médio de pobreza e a razão do hiato médio de pobreza.

Tabela 6 – Indicadores de pobreza

Linha de Pobreza (R\$)	154,00		77,00	
	RENDA	GASTO	RENDA	GASTO
Total de Pessoas	190.519.297	190.519.297	190.519.297	190.519.297
Número de Pobres	42.688.241	27.944.349	16.325.659	7.079.224
Proporção de Pobres	22,4	14,7	8,6	3,7
Hiato Agregado (R\$/bilhões)	2,8	1,4	0,5	0,2
Hiato médio (R\$)	65	51	32,07	21,16
Hiato médio (razão)	0,423	0,333	0,417	0,275

Fonte: Cálculo dos autores a partir dos microdados da POF 2008-09.

Em relação à linha de pobreza de R\$154,00, o número de pobres (e a proporção de pobres), o hiato agregado de pobreza e o hiato médio de pobreza (e a razão do hiato médio de pobreza) são menores em, respectivamente, 34%, 50% e 21%, quando gasto é usado como base de cálculo (em vez da renda). Em relação à linha de extrema pobreza de R\$77,00, os índices listados acima são, respectivamente, 56,7%, 60% e 34% menores quando gasto (e não a renda) é utilizado como indicador de bem-estar. As diferenças são marcantes. Por exemplo, para se eliminar a pobreza (extrema pobreza) seriam necessários R\$2,8 bilhões (R\$0,5 bilhão), com base na renda dos

¹² A inclusão de domicílios chefiados por mãe solteira decorre do fato comumente observado na literatura sobre pobreza de que um dos grupos mais vulneráveis são aquelas famílias/domicílios que têm mãe solteira como pessoa de referência. Domicílios chefiados por idosos ou pessoas de baixa escolaridade também são outros tipos potencialmente vulneráveis.



domicílios, e apenas R\$1,4 bilhão (R\$0,2 bilhão) se o gasto for usado como referência de bem-estar. Isso porque, em vez de 42,7 (16,3) milhões de pobres (extremamente pobres), quando renda é utilizada como base, teríamos 27,9 (7,1) milhões de pobres (extremamente pobres), quando gasto é a base.

5. Subdeclaração de Renda e Gasto

Como mencionado acima, além das razões teóricas que podem justificar diferenças entre renda e gasto e a superioridade deste último como indicador de bem-estar, considerações de ordem prática também são importantes.

Uma maneira de aferir a qualidade relativa dos dados de renda e gasto contidos na POF é estimar a extensão de possível subdeclaração de seus valores por meio da comparação dos montantes totais (levando-se em conta o peso de cada domicílio) encontrados na pesquisa amostral com dados administrativos oficiais. No caso da renda, é especialmente importante verificar a declaração de transferências de renda recebidas pelos domicílios. Isso é feito calculando-se a razão entre os montantes totais reportados na POF e os dados oficiais de programas de transferências de renda.

A Tabela 7 apresenta informação sobre os totais encontrados na POF e nas estatísticas oficiais em relação a alguns dos mais importantes programas de transferência de renda. Os dados oficiais são referentes ao ano de 2008, pois, como as informações na POF têm como base janeiro de 2009, os valores agregados de 2008 são os mais próximos daqueles da POF.

Tabela 7 – Comparação POF 2008-09 e dados administrativos (R\$ bilhões/ano)

	POF 2008-09	OFICIAL (2008)	%
Programas de Transferência	A	B	A/B
Seguro Desemprego	3,9	18,7	20,9
Abono Salarial	0,8	6,0	13,3
Bolsa Família	7,9	10,6	74,5
Benefício de Prestação Continuada - BPC	5,7	11,5	49,6

Fonte: Cálculo dos autores a partir dos microdados da POF 2008-09, Anuário Estatístico da Previdência Social 2008, Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social.

Temos que as transferências de renda tendem a ser fortemente subdeclaradas na POF, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada - BPC com quase 50,0% de subdeclaração.

A subestimação do valor total do Benefício de Prestação Continuada - BPC pode, em parte, ser resultado de que algumas pessoas tenham declarado o benefício como rendimento de aposentadoria ou pensão. Isso pode ter acontecido também com outros benefícios sociais, especialmente os assistenciais, o que pode ajudar a entender porque o montante total de rendimentos previdenciários registrado na POF é superior aos dados oficiais da previdência social.

Uma vez que a renda das famílias mais vulneráveis à pobreza/miséria é composta fortemente de transferências, subdeclaração do valor das mesmas pode afetar significativamente os



indicadores de bem-estar baseados em renda. Por exemplo, na POF 2008-09, a renda proveniente do Bolsa Família representa 10,5% da renda bruta dos domicílios pobres e 22,3% da renda bruta dos domicílios extremamente pobres. Para domicílios pobres e extremamente pobres chefiados por mães solteiras esses valores são, respectivamente, 15,1% e 31,5% da renda bruta.

6. Observações Finais

A literatura recente sobre mensuração de pobreza e desigualdade tem crescentemente documentado e chamado atenção para as diferenças encontradas, para diversos países, na estimação de indicadores de bem-estar, quando são confrontados os resultados baseados na utilização de renda corrente com aqueles que utilizam gasto como base. Isso sugere que é importante investigar que conceito, renda ou gasto, é mais adequado para a análise distributiva de políticas econômicas.

Se essas diferenças são consideradas significativas, isso implica que a escolha da base de análise, ou seja, da medida de bem-estar a ser utilizada, se renda ou gasto, não é trivial e pode ter impactos importantes para a estimação e análise de indicadores de pobreza e desigualdade e, conseqüentemente, para o desenho de políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade.

O presente trabalho teve por objetivo reportar, de forma introdutória, para o Brasil, algumas evidências da existência de discrepâncias entre dados de renda e de gasto para os domicílios brasileiros e a implicação disso para o cálculo de indicadores de pobreza e desigualdade.

Utilizando microdados da POF 2008-09, constatou-se a existência de diferenças importantes nos níveis de desigualdade e, principalmente, de pobreza, quando gasto com consumo é usado como base das estimativas, em vez de renda corrente. Tanto o grau de desigualdade (medida pelo índice de Gini) quanto a extensão e a intensidade da pobreza (medidas pelo número e proporção de pobres e pelo hiato de pobreza) são significativamente menores quando o gasto é utilizado como indicador de bem-estar.

Direções futuras de aprofundamento da análise, de forma a melhor investigar essa questão, podem contemplar, entre outros aspectos, a correlação entre pobreza em termos de renda e de gasto com outros indicadores de pobreza material, tais como: a propriedade de bens duráveis, o acesso a serviços de utilidade pública e tipos dos domicílios (alugado ou não, número de cômodos etc.). Importante também seria estender a análise de forma a cobrir diferentes períodos de coleta de informações de orçamentos familiares.¹³

Referências

Barrett, G. F., T. F. Crossley e C. Worswick (2000) "Consumption and income inequality in Australia", *Economic Record*, vol. 76.

¹³ No caso do Brasil, um estudo multiperíodo poderia utilizar, além da POF 2008-09, como feito no presente trabalho, a POF anterior, de 2002-03, e a próxima a ser divulgada, a POF 2018-19.



Binelli, C. e O. Attanasio (2010) "Mexico in the 1990s: the main cross-sectional facts", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Blundell, R. e B. Etheridge (2010) "Consumption, income and earnings inequality in Britain", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Blundell, R. e I. Preston (1994) "Income or consumption in the measurement of inequality and poverty?", W94/12, Working Papers Series, Institute for Fiscal Studies, Londres.

Blundell, R. e I. Preston (1995) "Income expenditure and the living standards of UK households", *Fiscal Studies*, vol.16, no.3

Blundell, R. e I. Preston (1998) "Consumption inequality and income uncertainty", *Quarterly Journal of Economics*, vol.113.

Brewer, M., A. Goodman e Andrew Leicester (2006) *Household Spending in Britain: What Can It Teach Us about Poverty?*, Bristol: Policy Press.

Brzozowski, M. e T.F. Crossley (2011) "Measuring well-being of the poor with income or consumption: a Canadian perspective", *Canadian Journal of Economics*, vol.44.

Brzozowski, M. et al (2010) "Consumption, income, and wealth inequality in Canada", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Creedy, J. (1998) "Are consumption taxes regressive?", *Australian Economic Review*, vol. 31.

Crossley, T. e L. Curtis (2006) "Child poverty in Canada", *Review of Income and Wealth*, vol. 52.

Crossley, T. e K. Pendakur (2006) "Consumption inequality", in *Dimensions of Inequality in Canada*, D. Green e J. Kesselman (eds.), Vancouver: UBC Press.

Cutler, D.M. e L. F. Katz (1991) "Macroeconomic performance and the disadvantaged", *Brookings Papers on Economic Activity*, vol.2.

Deaton, A. (1997) *The Analysis of Household Surveys: Microeconometric Analysis for Development Policy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.



Domeij, D. e Martin Flodén (2010) "Inequality trends in Sweden 1978–2004", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Feenberg, D. et al (1998) "Distributional effects of adopting a national retail sales tax", NBER Working Paper no.5885, NBER, Cambridge, Massachusetts.

Fuchs-Schundeln, N., D. Krueger e M. Sommer (2010) "Inequality trends for Germany in the last two decades: a tale of two countries", *Review of Economic Dynamics*, vol.13, p.103–32.

Goodman, A. e S. Webb (1995) "The distribution of household expenditure in the UK 1979-1992", *Fiscal Studies*, vol.16.

Gorodnichenko, Y., K. S. Peter e D. Stolyarov (2010) "Inequality and volatility moderation in Russia: evidence from micro-level panel data on consumption and income", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Heathcote, J., F. Perri e G. L. Violante (2010) "Unequal we stand: an empirical analysis of economic inequality in the United States, 1967–2006", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Henstschel, J. e P. Lanjouw (1996) "Constructing an indicator of consumption for the analysis of poverty", LSMS Working Paper, no. 124, The World Bank.

Hoffmann, R. (2010) "Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar", *Economia e Sociedade*, vol.19, no.3.

IBGE (2010) *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*, Rio de Janeiro.

Jappelli, T. e L. Pistaferri (2010) "Does consumption inequality track income inequality in Italy", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Johnson, D. S., T.M. Smeeding e B.B. Torrey (2005) "Economic inequality through the prisms of income and consumption", *Monthly Labour Review*, abril.

Kageyama, A. e R. Hoffmann (2006), "Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional", *Economia e Sociedade*, vol.15, no.1.

Krueger, D. e F. Perri (2006) "Does income inequality lead to consumption inequality? evidence and theory", *Review of Economic Studies*, vol.73.



Meyer, B.D. e J. X. Sullivan (2003) "Measuring the well-being of the poor using income and consumption", *Journal of Human Resources*, vol.38.

Meyer, B.D. e J. X. Sullivan (2006) "Consumption, income, and material well-being after welfare reform", NBER Working Paper No. 11976, NBER, Cambridge, Massachusetts.

Meyer, B.D. e J. X. Sullivan (2008) "Changes in the consumption, income, and well-being of single mother headed families", *American Economic Review*, vol.98.

Meyer, B.D. e J. X. Sullivan (2009) "Five decades of consumption and income poverty", NBER Working Paper No.14827, NBER, Cambridge, Massachusetts.

Meyer, B.D. e J. X. Sullivan (2010) "Consumption and income inequality in the U.S. since the 1960s", Working Paper, University of Notre Dame.

Meyer, B.D. e J. X. Sullivan (2011) "Further results on measuring the well-being of the poor using income and consumption", *Canadian Journal of Economics*, vol.44.

Milligan, K. (2008) "The evolution of elderly poverty in Canada", *Canadian Public Policy*, vol.34.

Paes de Barros, M. Carvalho e S. Franco (2006) "Pobreza multidimensional no Brasil", Texto para Discussão no.1227, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro.

Paes de Barros, R. S. Cury e G. Ulyssea (2007) "A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais", Texto para Discussão no.1263, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro.

Pendakur, K. (1998) "Changes in Canadian family income and family consumption inequality between 1978 and 1992", *Review of Income and Wealth*, vol.44.

Pendakur, K. (2001) "Consumption poverty in Canada, 1969 to 1998", *Canadian Public Policy*, vol.27.

Pijoan-Mas, J. e V. Sanchez-Marcos (2010) "Spain is different: falling trends of inequality", *Review of Economic Dynamics*, vol.13.

Poterba, J. (1989) "Lifetime incidence and the distributional burden of excise taxes", *American Economic Review*, vol.79.



Siqueira, R. B. e C. Hamasaki (2000) “Gasto, renda e desigualdade no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões nordeste e sudeste”, V Encontro Regional de Economia – ANPEC, Fortaleza.

Siqueira, R. B., J. R. B. Nogueira e E. S. de Souza (2000) “Os impostos sobre consumo no Brasil são regressivos?”, *Economia Aplicada*, vol.4, no.4.

Silveria, F. G. et al (2007) “Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil”, Texto para Discussão no.1278, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília.

Slesnick, D. T. (1993) “Gaining ground: poverty in the postwar United States”, *Journal of Political Economy*, vol.101.

Slesnick, D. T. (2001) *Consumption and Social Welfare*, Cambridge: Cambridge University Press.

Soares, S. S. (2009) “Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais”, Texto para Discussão no.1381, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro.

UNECE (2012) *Canberra Group Handbook on Household Income Statistics*, 2a. edição, New York.

Zaidi, A., and K. de Vos (2001) “Trends in consumption-based poverty and inequality in the European Union during the 1980s”, *Journal of Population Economics*, vol.14.